

A GRAÇA COMO TRANSCENDÊNCIA SIGNIFICATIVA

*Professor de Teologia Fundamental no ITESP

Hermilo E. Pretto*

Resumo:

O a. partindo das mudanças destes últimos anos nas tendências gerais da realidade eclesial apresenta o conceito de transcendência significativa como um instrumento para refletir a graça na realidade cristã. Depois de distinguir eficiência e eficácia, o a. apresenta o paradoxo da força dos fracos e em termos — relação inteligente com a realidade — ela pode conjugar as dinâmicas da vida social (resistências e possibilidades) com a evangélica (escândalo da cruz e ressurreição). A partir da transcendência significativa — no horizonte da Graça — o a. busca compreender a missão da Igreja — justiça, proximidade dos excluídos, etc. — e tece algumas críticas ao ativismo e ao espiritualismo ingênuos que teriam suas raízes na dissociação do sagrado e do profano. Traz por fim a temática da gratuidade como pano de fundo da justiça na dinâmica cristã.

Chaves:

Graça, Opção pelos pobres, CEBs

INTRODUÇÃO

1 Cf. A força histórica dos pobres: profecia ou demagogia? Em *VIDA PASTORAL*, 4 (1984), pp. 31-37.

O presente texto resulta de uma reflexão minha anterior.¹ Desde então já se passaram dezessete anos e muita coisa mudou na sociedade e na Igreja. Este é o tempo da Nova Era, da globalização, do retorno triunfal ao espírito de cristandade e do pentecostalismo. A reflexão passada foi elaborada num momento marcado por certa euforia vivida pela Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Um dos pontos fortes desta caminhada eclesial, com destaque para a reflexão teológica, era justamente a afirmação da força histórica dos

pobres. Teólogos com alguma lucidez e perspicácia incomum publicaram livros abordando especificamente este tema.

Em determinados ambientes vivia-se a consciência de que o sistema opressor tinha seus dias contados e de que a suspensão da libertação estava às portas. Por tratar-se de uma nova forma de se compreender e organizar a vida eclesial, inúmeros foram os entraves enfrentados, em nível de instituição e de expressão popular. Não faltaram aquelas e aqueles que acusaram os setores progressistas da Igreja de estarem adotando uma postura oportunista, posicionando-se ao lado desta força emergente (os excluídos de todos os matizes) por razões outras que o dinamismo do amor inspirando e buscando dignidade para todos. Haveria uma contradição entre o discurso e sua inspiração.

Sem pretender estar dizendo nada menos que a própria verdade, eu estaria adotando uma postura ingênua se não reconhecesse, ao lado de tantos testemunhos de autenticidade, de tantas testemunhas que deram a vida em espírito de serviço gratuito, a existência de gestos e atitudes inspirados no apelo do momento, mas sem consistência, sem densidade, sem raízes. Ninguém deve estranhar a existência de teólogos que mudaram de rumo, supostamente arrependidos de ingenuidades passadas. De todo modo, não cabe aqui sustentar juízos de valor que interfiram na subjetividade moral das pessoas. Há que se reconhecer, sobretudo, a percepção, tantas vezes sofrida, de que a realidade era bem mais complexa de quanto pudesse parecer num primeiro momento.

O atual momento eclesial revela-se extremamente delicado. Em face dos desencantos por sonhos que passaram a impressão de serem quimeras, é forte o apelo ao espírito de cristandade, às grandes mobilizações, às iniciativas de impacto e até a um certo espírito revanchista como resposta ao crescimento vertiginoso das seitas pentecostais. O aspecto talvez mais inquietante é o risco de se abandonar um dos elementos mais significativos presentes na experiência das Comunidades Eclesiais de Base e que buscou inspiração no Evangelho: o Reino de Deus compreendido como *fermento* e não como *massa*. É assim que o expressou Jesus em seu anúncio (Lc 13,21; Mt 13,33).

Ajuda-nos, certamente, a compreender como deveria ser a Igreja, a tríplice significação do fermento quando acrescentado à massa com vistas à produção do pão: há uma desproporção quantitativa entre massa e fermento; após inserir-se na massa, o fermento perde sua visibilidade; a razão de ser do fermento não é a de transformar a massa em fermento e sim a de fazer a massa crescer. Qualquer observador discretamente atento poderá perceber que a imagem do fermento perdeu-se quando

do crescimento e da ampliação da realidade eclesial. Temos aí, na verdade, uma traição antiga e não um desvio ocorrido em nosso tempo. O resultado foi o surgimento de uma Igreja cujo centro de força residia na dimensão institucional e numa *pastoral das massas*, com certeza a mais fácil de todas as pastorais. O espírito que inspirava as CEBs e a Teologia da Libertação incomodou muita gente porque se opunha frontalmente a tal perspectiva.

Hoje, na pressão por uma *eficiência produtiva*, tende-se a perder de vista a *eficácia dos caminhos do Senhor*. A eficiência é um dinamismo próprio da empresa. Ela seduz justamente pela excelência de seus resultados. Em seu interior, no entanto, não há espaço para a compaixão e a misericórdia. Ela é capaz de cruel exclusão sempre que os resultados se revelarem insatisfatórios. Já a eficácia é um dinamismo profunda e autenticamente humano: busca resultados, mas é capaz de sobreviver com dignidade em face de sua escassez e até, em determinadas situações, de sua ausência. Em seu interior há espaço para a experiência da fraqueza e do fracasso. Em seu espírito há lugar para a *cruz* e não apenas para a *ressurreição*. Uma Igreja sem misericórdia, atormentada pela busca ansiosa do êxito vistoso e imediato e incapaz de assegurar prioridade aos pequenos e últimos precisa renunciar à pretensão de inspirar-se em Jesus Cristo. Afinal, a opção pelos pobres é um dos absolutos do Evangelho.

A quantos, também em nível de hierarquia eclesiástica, estimulam grandezas espalhafatosas, é bom lembrar as palavras de uma pessoa insuspeita de heresia: o poderoso cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Em colóquio com o jornalista também alemão Peter Seewald, posteriormente transformado em livro,² o citado cardeal faz esta surpreendente afirmação: *A teologia do que é pequeno é uma categoria constitutiva da dimensão cristã. Nossa fé parte, na verdade, da constatação de que a grandeza de Deus revela-se justamente na fraqueza. Ela supõe que, com o passar do tempo, a força da história reside, na verdade, nos homens que amam, portanto numa força que não pode ser medida com as categorias do poder. É por isso que Deus, para mostrar quem Ele é, escolheu manifestar-se na impotência de Nazaré e do Gólgota.* A Igreja de nosso tempo precisa ouvir com atenção tal *revelação*.

Nesta reelaboração do texto, falarei da *força dos excluídos* a partir de uma dupla preocupação. De um lado, a reafirmação de um dinamismo transformador que somente as vítimas são capazes de alimentar. Afinal, toda mudança ocorre a partir de um certo nível de insatisfação. Os satisfeitos e saciados, por

2 Cf. J. RATZINGER, *Il Sale della Terra*. Un nuovo rapporto sulla Fede. Milano, Edizioni San Paolo, 1996, p. 22.

consequente, tendem a constituir uma força histórica irrelevante. De outro, o reconhecimento de que o termo *pobre*, entendido fundamentalmente em sentido socioeconômico, é por demais *pobre* para expressar a complexidade das formas de exclusão que atingem o organismo social e mesmo a Igreja. Pessoas há que, mesmo não sendo pobres em sentido socioeconômico, sofrem cruel exclusão por outras razões: sexo (mulheres), raça (negros, índios), doença (aidéticos). Na verdade, a abordagem destas questões é funcional porque a preocupação da presente reflexão é a de trabalhar a *Graça como transcendência significativa*. Por tratar-se de uma perspectiva sem respaldo nas reflexões dos grandes teólogos, no Magistério e em toda a complexa realidade da Tradição, não será feita nenhuma indicação bibliográfica.

1. A FORÇA DOS FRACOS: PERSPECTIVA DE UMA DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO

A expressão *força dos fracos* pode parecer, à primeira vista, contraditória. No interior do senso comum, força e fraqueza se excluem reciprocamente. No entanto, observamos o apóstolo Paulo dizendo, com muita autenticidade: *Por isso farei consistir meu orgulho antes em minhas fraquezas, a afim de que pouse sobre mim o poder de Cristo. Portanto, eu me comprazo nas fraquezas, nos insultos, nos constrangimentos, nas perseguições e nas angústias por Cristo! Pois quando sou fraco, então é que sou forte* (2 Cor 12,9-10). É evidente que aí *força* e *fraqueza* assumem novas significações. Neste sentido, parece-me importante explicitar a diferença entre a maneira como a sociedade em geral compreende tais termos e a maneira própria do Evangelho.

1.1. A dinâmica normal da sociedade

Para a maioria das pessoas, parece natural a consciência de que um autêntico processo de transformação seja viável somente no interior de uma certa *ordem*: um equilíbrio entre o objetivo desejado e as forças disponíveis. Os efeitos sempre deveriam ser proporcionais às causas. Nenhum agente poderia ultrapassar o limite das próprias possibilidades. Há, na estrutura do próprio ser, uma indicação de limite que rigorosamente deve ser respeitada. O não-respeito a este princípio elementar leva fatalmente à insensatez. Estaria dando provas de falta de bom-senso quem, dispondo de um exército de dez mil homens, pretendesse, *sem cálculos de possibilidade*, enfrentar um

exército de vinte mil (Cf. Lc 14,31-32). Trata-se, como é fácil de perceber, de uma *sabedoria de sobrevivência*.

Naturalmente, não é possível falar de força sem que sejam feitos alguns esclarecimentos, tão mais importantes num tempo como o nosso que tende a enfatizar o esplendor das aparências. Ocorre que, em muitos casos, a força ostentada depende da fraqueza de quem a ela se opõe. É em razão disso que há, nas relações pessoais e no entrechoque dos antagonismos sociais, uma alternância entre covardia e vigor. Não falo aqui de coragem, pois essa não depende do equilíbrio de forças. É, antes, uma atitude que imuniza as pessoas em face das oscilações das forças em jogo. Pessoa de coragem é aquela que descobriu o sentido da História, ou o tesouro no campo (Cf. Mt 13,44) e leva esta descoberta até às últimas conseqüências. De todo modo, nem mesmo a coragem pode dispensar a sabedoria, sem a qual ela desemboca na insensatez.

Todo ser humano com senso de responsabilidade sabe que deve assumir a História com todos os seus desafios e interpeleções. Há, de fato, uma dimensão de interesse que é literalmente irrenunciável: é o desejo de que as iniciativas empreendidas cheguem a bom termo. Para tanto será preciso somar forças, elaborar estratégias, costurar alianças táticas, pois o máximo desejável só pode ser o historicamente possível. O fracasso e o desespero são conseqüências inevitáveis quando se prefixa um objetivo inatingível. É aqui justamente que eclode o problema do equilíbrio entre os efeitos desejados e as forças a serem desencadeadas. No interior do senso comum, tal equilíbrio é rigorosamente necessário.

Em tal perspectiva ocorre, de certa forma, um *processo seletivo*. Na realização dos objetivos, algumas pessoas serão consideradas importantes (o mesmo ocorrendo com grupos constituídos), ao passo que outras serão postas à margem porque tidas como insignificantes. Poder-se-ia dizer que o funcionamento da sociedade está marcado essencialmente por esta dinâmica. As sociedades organizadas constituem sempre formas de *aristocracia*: os melhores (isto é, os mais fortes) acabam sempre prevalecendo. A criação de centros de poder tem como conseqüência o surgimento de áreas periféricas (isto é, excluídas). Permanecendo no interior desta lógica, em sã consciência não há como imaginar alternativas.

1.2. A dinâmica do Evangelho

Embora não constitua um caminho paralelo, à margem da sociedade, mas um ápice de significação, o Evangelho se faz anúncio de uma outra dinâmica que chega mesmo a consti-

tuir-se em instância crítica em face daquilo que o ser humano considera *normal*. Além de atribuir à cruz (reverso da dignidade, porque instrumento de suplício) uma força de redenção, ele anuncia a bem-aventurança dos pobres, dos mansos, dos aflitos, dos que são perseguidos por causa da justiça (Cf. Mt 5,3-10). Fiel a esta perspectiva, o apóstolo Paulo não hesita em anunciar Cristo crucificado, loucura para os pagãos e escândalo para os judeus (1 Cor 1,23ss), como presença pessoal salvadora de Deus na História humana.

Anunciar que a força está justamente onde menor é seu espaço de expressão (o mundo dos excluídos) implica uma ruptura na ordem normal de qualquer sociedade e de todo processo de transformação. Afinal, ali ocorre um desequilíbrio entre o objetivo desejado (assegurar dignidade para todos) e as forças disponíveis para efetivar tal empreendimento. Isso, na prática, significa que só faz sentido, na perspectiva do Evangelho, anunciar a força dos excluídos, se houver uma mudança substancial na perspectiva de toda a dinâmica de transformação e do funcionamento da sociedade.

1.3. A lógica dos fatos e a bem-aventurança dos pobres

Permanecendo na *lógica dos fatos*, não há como fugir ao princípio rigoroso de que os efeitos conseguidos sempre serão proporcionais às causas que os produziram. Aqui a soma de forças ganha toda a sua significação. O próprio Evangelho, como tentei mostrar mais acima, apresenta esta que poderia ser denominada uma *sabedoria de sobrevivência*. A arregimentação popular e até mesmo o proselitismo são essenciais para quem se propõe levar adiante um empreendimento de relevo. Os partidos políticos, as organizações sindicais, da mesma forma como todos os movimentos populares, preocupados em incidir sobre a realidade no sentido de transformá-la, desembocariam numa atitude suicida caso pretendessem prescindir da rigorosa proporção entre causas e efeitos. Impedir-lhes o proselitismo em nome da liberdade equivaleria a condená-los ao mais completo fracasso. As grandes mobilizações populares têm a força de alterar os rumos da História, para melhor ou para pior. De todo modo, há uma conclusão que naturalmente se impõe: a alteração dos fatos somente será viável através de um desencadeamento de forças onde o impulso para a mudança seja mais forte que a resistência com vistas à manutenção da situação.

A bem-aventurança dos pobres, entretanto, só é compreensível quando se opera um passo qualitativo, não no abandono dos fatos, mas na transcendência por referência a eles, des-cortinando o universo das significações. Estas nunca gozam de

autonomia e jamais podem reivindicar existência própria. Afinal, nem os fatos podem subsistir destituídos de significações, e nem estas podem existir sem aqueles. As significações, quando desligadas dos fatos, transformam-se fatalmente em superestruturas ideológicas que apresentam como *de direito* aquilo que é simplesmente *de fato*. O que ocorre é que há uma desproporção entre a *ordem fatural* e a *ordem significativa*. Isso equivale a dizer que o ser humano, em suas experiências mais profundas, *vive* mais daquilo que ele *produz*. Por esse *mais* ele não pode reivindicar méritos porque vem a ele na experiência do dom. Temos aí o espaço essencial da gratuidade, que é o algo mais significativo além das forças que a criatividade humana é capaz de desencadear. Trata-se, justamente, de uma transcendência significativa por referência aos fatos.

Um exemplo poderá ajudar na compreensão daquilo que estou pretendendo dizer: o gesto de se dar presentes em determinadas circunstâncias. Na *ordem dos fatos*, o presente tem um valor que não depende em nada da pessoa que o dá porque é determinado pela economia de mercado. Na ordem das significações, ele representa bem mais que o valor econômico que lhe é atribuído. Em outras palavras, o *valor significativo* não é proporcional ao *valor econômico*, mas à intensidade do afeto que ele exprime ou ao espírito investidor que o inspira. Somente as pessoas mesquinhas avaliam a intensidade do afeto pelo valor econômico do presente. Não faltam até aquelas e aqueles que, buscando garantias para a autenticidade da relação, andam pelas lojas investigando o preço dos objetos. De todo modo, é possível afirmar que uma *insignificância fatural* pode ser capaz de veicular uma *extraordinária densidade significativa*. É o gesto da pequena oferta da viúva que permite a Jesus afirmar: *De fato, eu vos digo que esta pobre viúva lançou mais do que todos...* (Lc 21,3).

Retomando agora o exemplo que inspira esta reflexão, é possível dizer que, teologicamente, a força dos excluídos só é compreensível na transcendência significativa por referência aos fatos. Dentro desta perspectiva, os fracos só poderão ser considerados uma verdadeira força na medida em que forem capazes de testemunhar uma significação que vai além dos fatos. Em razão disso, faz sentido concluir que a *densidade objetiva* (fatural) da ação de Deus é o que decorre da responsabilidade humana. É o espaço da força libertadora do ser humano. Mas a *densidade significativa* da ação de Deus transcende a responsabilidade humana. É o espaço da força salvadora do próprio Deus. Se em termos faturais há uma coincidência entre libertação e salvação, em termos significativos a desproporção é infinita. É aqui justamente que se faz presente a Graça como

algo mais significativo além das forças históricas que o ser humano desencadeia. Dito em outras palavras, a Graça não é um *fato a mais* e sim uma *significação maior*.

Para que o todo da reflexão faça sentido, é necessário que se visualize a realidade numa perspectiva de fé teológica. Aqui justamente encontra seu encaixe a missão da Igreja: testemunhar profeticamente esta significação de Graça, que não está ao alcance do ser humano produzir. É por isso que, nesta perspectiva, o consciência do mérito é impensável. A única reação sensata é a *ação de graças*. A realidade cruel da exclusão, enquanto sufocamento da vida, pode ser configurada como uma profunda deformação das relações, em nível pessoal e estrutural, fazendo com que o espírito interesseiro prevaleça sobre o espírito de gratuidade. E são justamente as vítimas dessas relações interesseiras as que mais conseguem revelar o seu reverso. É neste pano-de-fundo antropológico que é possível compreender como o Pai possa esconder os segredos do Reino aos sábios e entendidos, para revelá-los aos pobres, aos pequeninos, aos simples (Cf. Mt 11,25).

A força dos excluídos reside neste capacidade, que somente as vítimas são capazes de ter, de clamar, da profundidade da própria situação, pela necessidade de recriar as relações na perspectiva da gratuidade. De certa forma, seria possível dizer que o próprio pecado (objetivamente falando) faz-se clamor de Graça. Mas para que não se perca a perspectiva da gratuidade, nunca é demais enfatizar que, teologicamente, a força não pode ser compreendida em termos de eficiência, mas de clamor, de testemunho, de anúncio. Afinal, a Graça é aquilo que se *vivencia* mas não se *produz*. Temos aí a experiência do dom: por ele ninguém pode reivindicar qualquer espécie de mérito.

2. TRANSCENDÊNCIA SIGNIFICATIVA E MISSÃO DA IGREJA

Ninguém que tenha em Jesus Cristo um termo de referência pode fechar os olhos em face das graves situações nas quais a dignidade humana é espezinhada. Com frequência, o ser humano encontra-se em condições que ferem sua dignidade, como irmão de todos e como filho de Deus. Hoje costuma-se acenar ao desenvolvimento extraordinário da comunicação em todos os níveis. De certa forma, fica-se com a impressão de que o mundo esteja muito próximo e que em breve estarão superadas as barreiras que dividem os povos. Mas a realidade não é bem essa. Muita gente vive à margem da dignidade humana mais elementar. Saber que ela existe não diminui nem atenua sua existência.

A televisão possibilita este fato singular: torna testemunhas de determinados acontecimentos pessoas que vivem a milhares de quilômetros de distância. Ocorre, no entanto, que na televisão se vêem filmes, como obras de ficção, e reportagens que, em maior ou menor objetividade, pretendem retratar a realidade a partir de testemunhas oculares. Com frequência, em tudo isso aparecem diferentes formas de violência. Para número considerável de pessoas, chega um momento em que já não se consegue distinguir a realidade da ficção. O resultado mais desastroso é a perda de sensibilidade que torna as pessoas quase indiferentes em face de realidades de violência e de toda espécie de injustiças. A perda do senso de justiça acaba por inviabilizar a capacidade de *indignação ética*. A gravidade de tal situação revela-se no fato de que já não se consegue expressar gestos e atitudes de solidariedade e de compaixão. Enquanto alguém se revelar capaz de identificar-se com o sofrimento alheio, o Reino de Deus terá amplo espaço de expressão. Mas quando tal radicalidade se revelar inviável, porque se perdeu a sensibilidade ou se traiu a inspiração fontal, tudo torna-se complicado.

A Igreja, com destaque para sua presença e atuação na América Latina, nos últimos decênios, através das mais diferentes tomadas de posição, insistiu sobre o tema da justiça. Sua práxis pastoral, sobretudo nos meios populares, inspirou-se no mesmo tema. A esse respeito, é preciso reconhecer que, graças também a este empenho eclesial, não apenas cresceu a consciência de situações marcadas por enorme gravidade, como ainda foi possível reconhecer que o ser humano é sujeito de direitos fundamentais que se enraízam em sua própria estrutura de ser e que, por conseguinte, jamais podem ser considerados meras concessões do Estado, como sustentava a Ideologia de Segurança Nacional.

A dignidade dos excluídos constitui hoje uma riqueza que é certamente patrimônio de toda a humanidade. O ideal da busca permanente da unidade na diversidade bloqueia-se em face do escândalo da desigualdade. Interpretar a missão da Igreja no interior de tais situações de desconforto é, com certeza, um passo importante no esforço por assegurar uma fidelidade a cada dia maior ao Reino de Deus. Mas aqui exatamente surge uma questão da maior importância no interior da compreensão da missão da Igreja: revela-se problemático, interpretando a Graça como transcendência significativa, compreender a presença eclesial justamente no interior do universo significativo.

Pode-se, com razão, objetar que são os fatos que corporificam as significações, assegurando-lhes densidade objetiva. A

ênfase na transformação das estruturas da sociedade, que tem caracterizado os pronunciamentos e a própria ação da Igreja, especialmente na América Latina, nos últimos trinta anos, assumindo a causa dos excluídos, representa, sem dúvida, um momento forte de conversão. Excetuando casos isolados, a acusação global de que se estaria diante de um oportunismo tático, configuraria enorme injustiça. Numerosos foram aqueles e aquelas que deram a vida ou pagaram um preço bem alto por tal opção. O martírio é um dos testemunhos mais autênticos da seriedade que inspira o compromisso de alguém.

Em face de tal situação, como seria possível ainda afirmar que a missão da Igreja situa-se no universo significativo? Eu dizia anteriormente que, em termos teológicos, a força dos excluídos deve ser compreendida como clamor, testemunho, anúncio, e não eficiência. Como reação imediata, seria possível alguém imaginar que aí se esconda a velha e surrada definição de que a missão da Igreja é essencialmente espiritual, definição essa que teve como conseqüência um espiritualismo equivalente à pretensão de viver a fé sem as obras. Não é difícil reconhecer que a suspeita até faça sentido na medida em que a história da Igreja apresenta um prolongado divórcio entre a ordem dos fatos e a ordem das significações.

O ativismo transformador dos fatos e o espiritualismo configuram dois males de uma mesma raiz: a suposição de que os fatos e as significações gozem de autonomia, configurando caminhos paralelos. Se assim fosse, cada um deles poderia ser trilhado separadamente, sem interferências recíprocas. A conseqüência, que é bem mais que mera suposição ou possibilidade, seria a existência de dois tipos de cristão, filhos ambos do mesmo divórcio: o sagrado e o profano. O primeiro supõe que a oração, aliada à prática sacramental, seja suficiente para resolver os graves problemas que afligem o ser humano. O segundo imagina que a solução dos problemas em nível socioeconômico seria a pedra de toque para sanar todas as exclusões.

Quando afirmo que a missão da Igreja é de ordem significativa, estou pressupondo a união indissociável entre fato e significado. Não há como imaginar significações novas se não houver a capacidade de criar fatos novos. Situando a libertação na ordem fatural e a salvação na ordem significativa, seria possível dizer que sem libertação não há salvação. Não haveria historicamente a Graça sem relações de gratuidade. São essas relações objetivas que, de fato, corporificam o dinamismo divino da Graça. Ocorre, no entanto, que a salvação, em termos significativos, transcende a libertação. E isso porque, na experiência da Graça, conforme expressei mais acima, o ser humano vive mais daquilo que ele produz.

Ao mesmo tempo em que oferece o melhor de suas forças para uma autêntica e profunda transformação dos fatos, a Igreja testemunha, no amor, na fé e na esperança, uma significação de salvação que transcende a lógica dos fatos. O abandono desta perspectiva priva a Igreja de sua originalidade, tornando-a uma força histórica repetitiva e, pior, incompetente. Se é verdade que se faz necessária a eficácia histórica para que tenhamos um mundo melhor, mais justo porque mais consciente do imperativo da partilha, cabe à Igreja testemunhar o extraordinário valor da gratuidade, através de gestos não produtivos ou lucrativos. Em outras palavras, é missão da Igreja anunciar o Evangelho da Graça. Só assim seria possível sustentar que a opção pelos excluídos constitui momento crucial de conversão ao Reino de Deus, anunciado por Jesus e tornado realidade em seu Mistério Pascal de Morte e Ressurreição.

CONCLUSÃO

Após as reflexões feitas até aqui, não há como fugir a uma pergunta que, no meu entender, reveste ao mesmo tempo importância e urgência: a promoção da justiça pode configurar ou até mesmo esgotar a missão da Igreja? Parece-me possível sustentar, em primeiro lugar, que o tema da justiça, entendido como aquilo que é *devido*, não é, rigorosamente falando, algo que seja constitutivo de tal missão. Aqui se faz presente um elemento que integra a consciência da humanidade. Espero não estar exagerando ao afirmar que a missão da Igreja começa após a questão concernente à justiça. É aqui justamente que adquire relevo o tema da gratuidade, isto é, de algo que nenhum código pode tornar obrigatório. Relendo a parábola do servidor inútil (Lc 17,7-10) é possível concluir: quem é discípulo do Senhor jamais poderá afirmar que está em paz com a própria consciência porque foi fiel no cumprimento do dever. Aliás, de acordo com o texto evangélico, ele deverá declarar-se um servidor inútil porque nada mais fez do que realizar algo que, para ele, era rigorosa obrigação.

Mas o cerne da missão da Igreja é posto em destaque com mais clareza pela parábola dos trabalhadores das diferentes horas do dia (Cf. Mt 20). Na verdade, o que é que nos revela tal parábola? Os primeiros trabalhadores receberam o salário tomando por base a justiça: ele havia sido combinado previamente. Os demais trabalhadores receberam o salário em base à gratuidade. E isso é complicado porque a atitude gratuita, quando estão em jogo questões de ordem econômica, de alguma forma sempre gera polêmica. De todo modo, se não for possível romper a relação, que o senso comum julga de neces-

sidade, entre tempo de trabalho e remuneração, o discurso sobre a Graça, antropologicamente falando, não faz o menor sentido. A ruptura entre Graça e gratuidade, com efeito, constitui um dos mais graves erros da práxis eclesial e da espiritualidade que lhe corresponde.

Este fato me permite afirmar que a justiça é importante, mas jamais pode deter a última palavra. Na sua seqüência vem justamente a questão concernente à gratuidade. Parece-me, no entanto, que seja fundamental ressaltar que a justiça deva vir *antes* e não *após* a gratuidade.³ Mas, poderia alguém perguntar, por que isso? A razão reside no fato de que, na hipótese de a gratuidade vir antes, isso estaria ocorrendo em detrimento da justiça. Se, a título de exemplo, o patrão tivesse diminuído a remuneração dos primeiros trabalhadores no intuito de possibilitar aos demais receberem um pouco mais, estaria cometendo uma injustiça. Ele, na qualidade de patrão, só poderia inserir-se no dinamismo da gratuidade pondo em disponibilidade aquilo que lhe pertence. E é justamente o que ocorre: *Meu amigo, não estou te prejudicando. Não fizeste contrato comigo à base de uma moeda de prata? Toma o que é teu e vai embora. Eu quero dar a este último tanto quanto a ti. Não me é lícito fazer o que quero do que é meu?* (Mt 20,13-14). De alguma forma, poder-se-ia dizer que, após a realização da justiça, o mais importante ainda resta por fazer.

Assim, uma Igreja que, no exercício de sua missão, não ultrapassasse a questão da justiça, não seria a comunidade dos discípulos do Senhor: em seu testemunho, ela encontra inspiração no Evangelho da Graça. Assegurar aos excluídos a consciência e a práxis dos direitos fundamentais é apenas o primeiro passo. Na seqüência, vem o anúncio de que Deus, na força da Graça, quer reunir em unidade seus filhos dispersos. No interior deste processo, os pequenos do Reino serão sempre os protagonistas, não porque melhores e mais dignos, mas porque mais sofredores e necessitados.

³ *Antes e Depois*, na perspectiva do texto, não são categorias temporais. O que está em jogo é o lugar que ocupam na Antropologia e, conseqüentemente, na Teologia.